REFERENCIAL

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

AVENÇA | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | N.º 19/ABRIL A JUNHO 90/ANO 6

EDITORIAL

25 de ABRIL de 1990

Mais um ano passou sobre a madrugada maravilhosa em que derrubamos o regime ditatorial.

Comemorar o 16.º aniversário, meta que a 1.ª República não conseguiu atingir, é, em primeiro lugar, RECORDAR.

Recordar a alegria da libertação, pelo fim do colonialismo e da guerra, o fim da repressão estudantil e sindical, o desaparecimento da marginalização cívica, do obscurantismo cultural e do isolamento internacional.

Recordar a explosão participativa de todo um povo longamente submetido, oprimido, humilhado, na efectiva implantação de um novo regime político, onde a liberdade, a democracia, a justiça social, a fraternidade, a solidariedade, seriam os valores fundamentais.

Comemorar, hoje, o 25 de Abril é também REFLECTIR.

Reflectir sobre o caminho percorrido, com os avanços e as conquistas alcançadas, com os recuos e as derrotas sofridas.

Reflectir sobre as dificuldades, as incertezas e as dúvidas que assaltaram os portugueses durante a caminhada iniciada há 16 anos.

Reflectir sobre os anseios não realizados e as razões desse insucesso.

Reflectir sobre a actual situação, os seus aspectos positivos e negativos, as defesas necessárias para garantir os primeiros e as medidas que se impõem para combater os segundos.

SUMÁRIO

Editorial 1

Sessão Solene na Assembleia da República:

- Herculano Pombo 3
- Narana Coissoró 3
- Marques Júnior 4
- Octávio Teixeira 4
- Jaime Gama 5
- Montalvão Machado 5
- Presidente da Assembleia da República 5
- Presidente da República 6

Desfile Militar 7
Comemorações Desportivas 7
As Comemorações nas Autarquias. Estabelecimentos de Ensino, Colectividades e Organizações Populares 8
Delegação do Norte 8
Delegação do Centro 8
Avisos 8
Convívio e Desfile em Lisboa 9
Sugestões para Comemorar Abril 9
A Guerra Colonial e o 25 de Abril 10
O 25 de Abril Revisitado pelos Média Internacionais 12

Mensagens da A25A:

- Ao Congresso Nacional Africano 13
- A Embaixada da RAS ... 13
- A Comissão Nacional de Sargentos 13

Portugal 1974 - 1990 14
Novos Corpos Gerentes 15
Pedidos de Representação nas Comemorações do XVI Aniversário do 25 de Abril ... 16
Vamos Aprender Bridge (9) 17
Documentos do Nosso Tempo 18
Oferta de Livros 18
Descolonização 19
Uma Nova Dinâmica 19
Carta de António de Spínola a Carlos fabião 20
Venham Mais 25 20

Comemorar, hoje, o 25 de Abril é orgulharmo-nos do muito de positivo que, em conjunto alcançamos. Não apenas no âmbito interno, com a derrota da ditadura, a conquista das liberdades e o fim de uma guerra injusta, mas também no campo internacional, com a colaboração na libertação de povos subjugados, a influência directa e indirecta no derrube de outros regimes ditatoriais. Influência que continua a produzir efeitos, sendo altamente gratificante verificar que o 25 de Abril é dado como um dos exemplos pioneiros na luta por sociedades mais justas mas igualmente livres, que estão provocando fortes alterações em várias partes do Mundo. Influência decisiva, para o fim próximo do inaceitável e horroroso «apartheid».

Comemorar hoje, Abril, é também constatar os muitos males de que enferma a nossa sociedade e que se têm vindo a agravar: o fosso social é cada vez maior, os direitos vêm sendo restringidos, a insegurança no trabalho aumenta, a juventude cada vez está mais frustrada, o acesso à universidade é progressivamente dificultado, o individualismo selvagem, o clientelismo, a corrupção, o nepotismo e a violência instalam-se na sociedade.

Comemorar Abril, hoje, é também afimar que os militares de Abril repudiam e condenam a atitude do Chefe do Estado Maior Genaral das Forças Armadas que, nas comemorações realizadas — apesar dos seus intentos contra — nem sequer se dignou proferir a sua própria mensagem, mandando-a ler pelo seu chefe de gabinete.

Comemorar Abril, hoje, é afirmar que queremos umas Forças Armadas que se orgulhem pelo facto de o 25 de Abril ter sido feito por militares.

Comemorar Abril é, hoje, festejar as alegrias, lamentar os erros e os insucessos, concluir que os males que afligem tantos portugueses e perturbam o funcionamento da sociedade apenas serão ultrapassados com Abril.

Abril continua vivo, continua a manter a sua actualidade de promessa não esgotada, de esperança, de combate, de caminho que queremos percorrer.

Por isso, a Associação 25 de Abril continua a sua luta, constituindo um espaço privilegiado para a discussão aberta, a mobilização cívica, pelo cumprimento de Abril, na construção de uma sociedade mais livre, mais democrática, mais justa, mais solidária.

VIVA O 25 DE ABRIL

VIVA PORTUGAL

Na Capa: Desenho de Nuno Filipe Dias Caetano da Escola Preparatória de Peniche (1989)

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE:
Associação 25 de Abril

DIRECÇÃO:
A. José Sacramento Marques

IMPRESSÃO:
Tip.-Escola ADFA
Rua Artilharia Um
Telef. 65 35 93
1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

TIRAGEM:
5000 exemplares

Depósito Legal n.º 3299/89

ENDEREÇOS:

Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
2795 LINDA-A-VELHA
Telefones: 419 81 05 - 419 81 30

Delegação do Norte
Apartado 670
4012 PORTO

Delegação do Centro
Apartado 3041
3000 COIMBRA

SESSÃO SOLENE NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Pelas doze horas do dia 25 de Abril começaram na Assembleia da República as cerimónias protocolares para o início da sessão solene comemorativa do 16.º aniversário do 25 de Abril.

Após o Hino Nacional, o presidente da Assembleia da República declarou aberta a reunião dando sucessivamente a palavra a um deputado da cada um dos partidos com representação parlamentar.

Assim usaram da palavra os deputados: Herculano Pombo do Partido Ecologista «Os Verdes»; Narana Coissoró do Centro Democrático Social; Marques Júnior do Partido Renovador Democrático; Octávio Teixeira do Partido Comunista Português; Jaime Gama do Partido Socialista e, finalmente Montalvão Machado do Partido Social Democrata.

A encerrar as intervenções dos deputados discursou Vítor Crespo, Presidente da Assembleia e, por direito próprio, usou da palavra o Presidente da República.

Na impossibilidade de registar a solenidade e a importância de tudo o que se passou na Assembleia da República não queremos deixar de transcrever as partes fundamentais de todas as intervenções proferidas, pedindo, desde já, a compreensão e a benevolência dos autores.

Herculano Pombo, do Grupo Parlamentar «Os Verdes»

«Hoje é dia de falar de Abril (...)

(...) E falar do povo, que é quem mais ordena, e que naquela manhã de Abril pôde colher finalmente os cravos no silêncio semeados, verdes da esperança que os acalentou, vermelhos do sangue que os regou; um povo de cara outra vez lavada nas águas mil daquele Abril e nas lágrimas com que se foi salgando o mar que o trouxe de volta a casa, cumprindo finalmente o fado de dar novos mundos ao mundo.

Falar da dignidade recuperada, das independências partilhadas, da democracia pedra a pedra construída, do poder autárquico consolidado, da Constituição fruto maduro de Abril.

Mas falemos também do 25 de Abril por haver — do sofrimento dos timorenses a quem a distância não deve roubar as flores da liberdade; da solidariedade social por cumprir, das assimetrias renitentes que persistem em retalhar o país; da Regionalização que tarda e da Pátria ainda madrasta para os que continuam a ter que emigrar; do analfabetismo que nos hipoteca o futuro, das escolas de porta estreita e janelas fechadas à realidade; das crianças que nunca serão meninos e a quem as máquinas da ganância mutilam o riso e a esperança, quando não as mãos; dos velhos a quem expulsamos do mundo que construíram, mundo que lhes compramos a troco de magra pensão...

E falemos do 25 de Abril esquecido, daquela velha azinheira que já não sabia a idade, à sombra da qual fizemos juras que quebrámos, e das outras muitas azinheiras, sobreiros, carvalhos, oliveiras agora queimadas, arrancadas, cientificamente substituídas pela irracional rapidez do lucro; e daquela gaivota, asas de vento coração de mar, que voava e já não voa, asas grudadas por um qualquer derrame de hidrocarbonetos, o coração envenenado por uma qualquer descarga de cloro; e dos rios a quem o povo deu nomes de Tejo, Alviela, Ave, Lis, Almonda, e tantos outros que navegámos sentados nos bancos da escola e que jazem agora fétidos pesadelos, paraísos mortos onde os nossos filhos já não chapinham frescas gargalhadas; e daquela outra irracionalidade, entre todas a mais velha, de querer conquistar à natureza e ao desenvolvimento novos e mais largos espaços para neles semear os embriões da guerra, como acontece em Alcochete ou em Mértola... (...)

(...) para que não adormeçam as consciências e os procedimentos, sobretudo os daqueles que, nascidos já em democracia, esperam de nós que o Abril que lhes damos, mais do que um feriado, uma cerimónia ou um discurso, seja um testemunho que agarrem com as próprias mãos, assumindo a sagrada responsabilidade de manter aceso o fogo da democracia. (...)»

Narana Coissoró, do Grupo Parlamentar do CDS

«Sei que é um exercício académico (...)

(...) A questão é esta: como seria a revolução de 1974 em Portugal, no contexto europeu em que nos encontramos hoje? (...)

(...) É óbvio que todas as tentativas de mudar por dentro o Estado corporativo e autoritário construído por Salazar estavam votadas ao fracasso, principalmente num contexto de avanço generalizado dos autoritarismos de sinal contrário como o que então se vivia. (...)

(...) Em Portugal, nos últimos anos, assiste-se à proliferação do chamado efeitos perversos ou viciosos do sistema consagrado constitucionalmente, que receberam as designações tais como o Presidencialismo do Primeiro Ministro, o autoritarismo na condição de negócios públicos, a substimação do papel do Parlamento na formação de consenso imprescindíveis para a nossa participação na Comunidade Económica Europeia, o excessivo secretismo que rodeia as grandes decisões que influenciarão a muito curto prazo o nosso quotidiano, a invasão clientelista do aparelho administrativo, o domínio da informação audio-visual, o abuso do conceito de estabilidade para condicionar o eleitorado em vez de a aproveitar para grandes debates sobre temas de interesse nacional, a substituição da descentralização pelo esforço de tutelas sobre o poder local, o combate militante contra a regionalização administrativa do país, a política económica inteiramente subordinada aos fins eleitoralistas e outras manifestações deste género que todos temos presente, reclamam uma revolução pacífica de mentalidades e conceitos democráticos que tornam necessário repensar a abertura trazida pelo 25 de Abril. (...)

(...) a comemoração do 25 de Abril não será uma liturgia sem convicção, mas um permanente alerta para todos aqueles que como nós, Deputados desta Assembleia da Repúblicа temos o dever de denunciar as omissões e os desvios. (...)»

Marques Júnior, do Grupo Parlamentar do PRD

«(...) O 25 de abril, símbolo da democracia e dos anseios de progresso e desenvolvimento, e até da nossa capacidade de sonho, não é, nem pode ser, uma fronteira entre vencedores e vencidos, como alguns gostariam que fosse, mas apenas uma fronteira entre a ditadura e a liberdade, entre o passado e o futuro. (...)

(...) não penso que seja correcto e adequado, o constante acentuar de erros ou excessos, naturais num processo de profunda transformação da sociedade, sem antes sublinhar serem eles inevitáveis numa revolução e constituirem mesmo, ainda uma consciência dos erros ou mesmo dos crimes, de um passado opressor que fez um povo viver privado da sua cidadania durante quase meio século. (...)

(...) O 25 de Abril, como salientaram os militares do Movimento das Forças Armadas no dia em que chegaram ao fim as suas funções constitucionais, foi «historicamente, o momento da libertação de energias morais, materiais políticas e humanas que estando longe de atingirem a sua maturação, se articulam lentamente num processo dinâmico, e por isso mesmo contraditório, que apontam irresistivelmente para a organização de uma sociedade livre, justa e fraterna, e para a construção de um país verdadeiramente independente».

Quer dizer: sendo, antes de tudo fundamentalmente, liberdade e libertação, o 25 de abril representa também o momento decisivo de arranque de uma dinâmica de modernização e transformação progressiva da sociedade portuguesa. (...)

(...) é também nesta nesta perspectiva de futuro, que nós encaramos as transformações, que um pouco por todo o Mundo, que vão no sentido da libertação do homem como condição necessária para a construção de uma sociedade mais livre. E é mesmo emocionante para nós, cidadãos de Abril voltar a ver, noutros países, os cravos nos canos das espingardas ou nas mãos de crianças.(...)

(...) persiste uma situação dolorosa para todos nós que é o caso de Timor-Leste. Gostaria desta tribuna e neste dia lançar um grito de apelo a todo o Mundo para que se encontre uma solução digna para o caso de TimorLeste, onde uma cultura está a ser destruída e um povo está a ser objecto de um verdadeiro genocídio. Enquanto o povo Maubere não for livre a Revolução Portuguesa está incompleta e Abril não está cumprido.

A Revolução Portuguesa correspondeu em muitos casos aos sonhos de idealismo e utopia que em muitos países era objecto de reflexão e debate. Portugal foi não só uma referência como, em muitos casos, o sonho que se podia tornar realidade. Foi uma Revolução diferente, capaz de despertar no subconsciente colectivo de muitos, a perspectiva de uma sociedade ideal.

Passaram-se 16 anos e depois de muita vicissitudes construímos um Portugal democrático, aberto ao mundo, em que sobressai a consciência do que é Portugal e do que é ser Português.

Não construímos, no entanto essa sociedade ideal. A um crescimento económico, erigido como valor em si mesmo, não tem correspondido nem um desenvolvimento socialmente equilibrado nem uma melhor distribuição da riqueza nacional. Muitas vezes parece que só o poder do dinheiro é que «vale» degradando-se a solidariedade, o espírito, às vezes dir-se-ia mesmo o patriotismo. (...)

(...) O 25 de Abril não deve ser exclusivo de ninguém, mas também ninguém se deve excluir do 25 de Abril — o 25 de Abril deve ser o ponto de encontro de todos os portugueses. E já hoje, fundamentalmente, é esse ponto de encontro. (...)»

Octávio Teixeira, do Grupo Parlamentar do PCP

«(...) não se cumpre Abril com autoritarismos na vida cívica ou no mundo laboral, com a manipulação da comunicação social e a instrumentalização dos órgãos que devem garantir a sua dependência. Abril é liberdade, pluralismo, diálogo institucional, transparência na gestão da coisa pública, respeito integral pelos direitos individuais e colectivos.

A Revolução de Abril pôs fim à guerra colonial, contribuiu directamente para a independência dos povos submetidos ao colonialismo português e criou condições históricas para o desenvolvimento de relações de amizade e cooperação com esses povos. E isso é motivo de orgulho para Portugal e para os portugueses e deve marcar o caminho do novo estilo de relacionamento com os países africanos, assente nos valores da solidariedade activa e do respeito pelas suas liberdades e autonomias soberanas. (...)

(...) não podemos deixar de mais uma vez lembrar o mártir povo de Timor-Leste, de condenar a Indonésia pelas violações dos direitos humanos e do direito à autodeterminação e à independência, e de manifestar a nossa determinação de continuar a lutar para que se faça mais, de forma a que também em Timor o povo possa ser senhor soberano do seu destino. (...)

(...) Inversamente ao que alguns pensam e praticam, ninguém dispõe da verdade única e das receitas milagrosas que permitam resolver, de um dia para o outro, as enormes debilidades estruturais da economia portuguesa, e preparar o País para enfrentar com êxito os riscos que se perfilam no horizonte de 1993 (...) exijem que no nosso País se realize um profundo debate, com efectiva participação democrática, de forma a definir uma estratégia nacional de inserção no desenvolvimento da Europa e as formas e condições da evolução das Comunidades. (...)

(...) o desenvolvimento a que os portugueses aspiram não se reduz ao conceito estreito do crescimento económico, antes integra, necessariamente, as vertentes regional e social. (...) que a política nacional de desenvolvimento combata os desequilíbrios regionais, causa e resultado do insuficiente e desigual aproveitamento dos recursos endógenos, com repercussões negativas nas condições de vida das populações e no desenvolvimento do País. (...)

(...) Fundamentalmente, a estratégia nacional de desenvolvimento deve ter como centro e finalidade os portugueses, o seu bem estar e o desenvolvimento harmonioso e multifacetado. O que exige, designadamente, a correcção das crescentes desigualdades na repartição funcional do rendimento, maior equilíbrio e estabilidade nas relações de trabalho e mais participação dos trabalhadores na gestão do sistema produtivo, a eliminação da chaga do trabalho infantil e das bolsas de pobreza, e a cres-

cente satisfação das necessidades básicas do povo português, em especial no que diz respeito à habitação e à segurança social condignas, e ao acesso à educação e aos cuidados de saúde, dando satisfação às aspirações populares e concretizando objectivos da Revolução de Abril. (...)»

Jaime Gama, do Grupo Parlamentar do PS

«(...) Em Portugal e no Mundo três ideias centrais marcam a viragem do século: a democracia, a Europa e a confiança.

(...) Como em nenhuma outra época, presenciamos por toda a parte a erosão e a queda dos poderes autoritários e dos totalitarismos e assistimos à implantação progressiva de sistemas políticos baseados na lei e no direito, respeitadores das liberdades civis e políticas, da tolerância e do pluralismo. (...)

(...) Em paralelo com a revolução democrática, vivemos a construção e a afirmação da Europa. (...)

(...) Sem uniformização, assente na vitalidade e diversidade das culturas nacionais, confederativa mais do que federal, a Europa que renasce, ultrapassando as suas profundas divisões é, na verdade, a segunda grande revolução do século. (...)

(...) Pela primeira vez na história contemporânea negociações sérias e profundas estão em vias de obter significativas limitações e reduções de armamentos, eliminando as tensões e o potencial de confrontação entre potências e criando um autêntico dividendo de paz para os povos e nações. A um universo de antagonismo cego começa a suceder um mundo mais atento às práticas do diálogo e às virtudes da cooperação e da solidariedade.

Neste novo contexto de estabilidade, a confiança é possível. (...)

(...) Meditando no significado da revolução da democracia e da revolução da Europa entenderemos melhor a revolução do optimismo que nos caracteriza hoje como portugueses. É já possível admitir que o nosso autêntico passado enquanto país está no nosso futuro mas não o nosso futuro no nosso passado e que a esperança que é de todos tem um sentido para todos. (...)

(...) A democracia, a Europa e, sobretudo, o discernimento e a tenacidade dos portugueses reforçam-nos a convicção serena e tranquila de que podemos e temos o dever de iniciar sem anátemas recíprocos ou exclusões anacrónicas um novo ciclo de confiança, certeza e optimismo para Portugal.»

Montalvão Machado, do Grupo Parlamentar do PSD

«Nunca é demais celebrar o 25 de Abril.

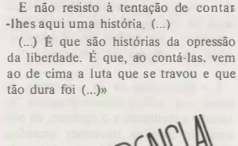
Nesta casa, sede da Democracia Portuguesa, não podemos, nunca, esquecer o que foi e o que representou esta data. Lembrá-la é uma obrigação de todos nós, como obrigação é de todos os portugueses amantes da liberdade e da democracia.

Para os homens da minha idade, para aqueles que passaram grande parte da sua vida sempre na esperança de que, de um momento para o outro, o Povo Português pudesse gritar bem alto que já era senhor de si próprio e da sua liberdade, lembrar o 25 de Abril é recordar um marco histórico da nossa vida.

(...) Nos ditos tribunais plenários, ao abrigo de uma toga de advogado honrosa e honrada, tudo se aproveitava para, embora no pouco tempo concedido, se dizer aquilo que se não podia referir em qualquer outro lugar. Enquanto não nos retiravam a palavra ou não nos prendiam até, era um consolo, embora momentâneo, falar mal da polícia política, falar mal do regime ditatorial, falar bem da democracia e da liberdade, normalmente, retiravam-nos a palavra a meio, mas algo ficava.

E não resisto à tentação de contar-lhes aqui uma história. (...)

(...) É que são histórias da opressão da liberdade. É que, ao contá-las, vem ao de cima a luta que se travou e que tão dura foi (...)»



Do Presidente da Assembleia da República

«(...) Celebrar, hoje, o 25 de Abril é dar-lhe uma nova força e sentido de necessidade. É aprofundar um estado de espírito e assumir a procura das respostas políticas para o mundo em mudança.

Relembrar Abril é também continuá-lo. (...)

(...) Entre as democracias nascentes neste findar de século, somos os que adquirimos maior experiência. Vivemos mais longa e intensamente a procura dos caminhos certos. Ensaiamos soluções. Cometemos e corrigimos erros. (...)

(...) Os anos 80 tiveram a primazia do discurso económico; a década de 90 será a do discurso político, e o século XXI e do império da solidariedade.

Temos pela frente a exigência de toda a criatividade para conseguir progressos e construir soluções para problemas novos. Recomeçar, apetrechados com ideias que revolucionem esquemas e modos de agir.

Estão em causa as condições de sobrevivência necessárias para realizar o futuro. Preencher a visão do seu universo: Homem, Paz e Solidariedade. (...)

(...) Com a predominância da acção política, a visão a longo termo, as interacções mundiais e o respeito pela dimensão humana, fazem com que ganhem todo o relevo as soluções de uma consensualidade mobilizadora da comunidade nacional.

Para atingir aqueles objectivos é determinante o papel dos parlamentos, sede da representação nacional, ponto de encontro de ideias e de debate, local onde se concebem e repensam as grandes opções, geradoras dos quadros legislativos estruturantes. (...)

(...) Neste Dia da Liberdade não poderia esquecer os povos irmãos que formam a Comunidade da língua portuguesa; Comunidade que devemos realizar com a maior eficácia. E desejar a paz onde ainda fazem eco os gritos da guerra.

Festejar o dia de hoje é respeitar o Povo, desejar a liberdade, a paz, a justiça social e a solidariedade.

Compreender a pluralidade das visões do futuro, agora, também para além de nós próprios, numa dimensão europeia e universal. (...)»

Do Presidente da República

«(...) Não anulámos a conflitualidade que é normal e mesmo salutar em qualquer sociedade. Assumimo-la, dirimindo democraticamente os conflitos através do voto, da alternância política e pelos mecanismos de auto-regulação próprios do pluralismo, no respeito pelos direitos das minorias. Em circunstâncias nem sempre fáceis, fizemos um percurso democrático que não sendo linear atesta a maturidade política do Povo Português.

Tendo aceite como um facto ineludível, e característico do nosso tempo, a descolonização — a que procedemos com atrazo e em situação de verdadeira emergência — soubemos, entretanto, salvaguardar o valor essencial do relacionamento fraterno com as nações africanas que falam a nossa língua, com as quais — e com o nosso tão querido Brasil — estamos a construir, perseverantemente, uma verdadeira Comunidade de língua, de culturas e de afecto. (...)

(...) Antes do 25 de Abril, muitos autores defendiam a ideia de que o pluralismo democrático era um luxo só acessível aos países ricos e desenvolvidos; hoje, tendo em conta a experiência portuguesa, assiste-se em todo o Mundo a uma verdadeira «subversão democrática», reconhecendo-se a democracia como uma aspiração universal, das Filipinas aos países da Europa de Leste, do Paquistão à Namíbia ou à África do Sul. (...)

(...) o 25 de Abril não só representou, para nós, a liberdade e a paz, como contribuiu poderosamente para a libertação dos Povos sujeitos à dominação colonial portuguesa. Livres, os Estados Africanos podem hoje, por sua própria decisão e vontade, relacionar-se livremente com Portugal, como está a acontecer, numa cooperação mutuamente vantajosa, baseada no respeito mútuo e que entronca nas nossas raízes históricas. Por outro lado, foi o 25 de Abril ainda que abriu a Portugal as portas do desenvolvimento e permitiu que nos inserissemos tempestivamente na Comunidade Europeia. (...)

(...) Assim, podemos afirmar, com boa consciência, que os cravos de Abril não murcharam — nem os deixaremos murchar! — porque estão na origem da grande viragem de Portugal para o desenvolvimento e para o progresso, na liberdade. Não foi uma revolução fracassada, como alguns sugeriram, só por não termos caminhado para utopias que o andar dos anos mostrou serem puras miragens de falsa propaganda; pelo contrário, foi uma Revolução que realizou os seus grandes objectivos e, por isso, teve pleno êxito, na medida em que continua a ser um motivo de inspiração e uma referência democrática não só para nós como para outros Povos, que a vêem como um exemplo de que vale a pena ousar e que as transformações democráticas são possíveis, benéficas e exequíveis (...)

(...) tenho sempre defendido que as comemorações do 25 de Abril, dia da liberdade, deveriam ter um carácter fundamentalmente prospectivo — e não passadista — voltando-se resolutamente para a invenção do futuro. É gratificante — e representa um acto de justiça — homenagear os capitães de Abril, aos quais devemos a liberdade, bem como todos os resistentes, que, pela sua acção tenaz contra a ditadura, de algum modo prepararam este dia libertador. É importante reconstituir os factos e não deixar que os mais novos ignorem o que foi o 25 de Abril e o que representou para todos os que tiveram a imensa alegria de o viver. No entanto, o essencial é a antecipação do futuro — é a preparação para os grandes combates que nos esperam, na fidelidade ao 25 de Abril e em seu desenvolvimento — para que os nobres ideais da liberdade, da solidariedade e da participação, a todos os níveis, possam continuar a enraizar-se na sociedade portuguesa, contribuindo para a tornar mais justa e melhor e, sobretudo, mais humana. É o que julgo, mais interessará à juventude, porque se trata de um convite para um combate generoso e irrecusável em que, necessariamente, haverá de participar. (...)

(...) Precisamos de ter a coragem de cortar com velhos hábitos obsoletos, de sacudir a facilidade e o egoísmo, de não transigir com os interesses inconfessáveis e, sobretudo, de ousar, inovando e vendo em grande, para o futuro — libertando-nos do que é particular e mesquinho — com o orgulho da nossa condição de Portugueses e na fidelidade às nossas raízes e aos melhores momentos da nossa história.

Melhoremos o nível de vida da gente portuguesa, pensando sobretudo nos mais carenciados, e procuremos, amorosamente, valorizar Portugal. Ousemos participar activamente na construção da Europa, com o contributo da nossa própria creatividade, A chamamento dos nossos irmãos africanos, valorizemos a nossa presença em África, empenhando-nos nas tarefas da paz e da reconstrução, em solidariedade. Saibamos ocupar o nosso lugar no Mundo, com o prestígio da nossa autoridade democrática e o saber de experiências feito do humanismo português.

Para tanto, sejamos capazes de afirmar a nossa disponibilidade em relação ao que é novo, generoso e humano. Demos lugar aos jovens, reconhecendo a Educação, a Ciência, as Artes e a Cultura como prioridades nacionais absolutas. Combatamos em favor das Causas justas — em defesa do ambiente, da nossa identidade cultural, da qualidade de vida — e, sobretudo, afirmemos com condições concretas o valor da solidariedade.

Se assim fizermos, seremos dignos do 25 de Abril, dessa madrugada radiosa que mudou a história de Portugal e o destino pessoal de cada um de nós.»

COMEMORAÇÕES OFICIAIS: DESFILE MILITAR

Apesar de terem sido noticiadas dificuldades orçamentais e outras não deixou de se realizar o habitual desfile militar, este ano, frente ao mosteiro dos Jerónimos.

Presidida pelo Comandante Supremo das Forças Armadas e com a presença de altas entidades civis e militares, a cerimónia teve a particularidade de registar a alocução do General CEMGFA lida pelo seu brigadeiro ajudante.

Para os leitores e para que conste, transcrevemos a mensagem que foi difundida a todas as unidades militares do país.

«MILITARES»

1. Vivemos um processo de aceleração histórica sem precedentes, em que sobressaem as transformações em curso no Leste Europeu e nas relações Leste-Oeste.

Na Europa, é o início de uma mutação que pode significar o termo das soberanias limitadas e das restrições aos direitos fundamentais dos cidadãos. Caminhamos para um futuro em que cada povo tem o direito de viver conforme a sua identidade culturai, em obediência à sua história e no respeito pelas raízes sentimentais que o prendem à sua Pátria.

E em que cada cidadão tem direito a viver em liberdade, com justiça e dignidade.

2. Todos desejamos que as transformações complexas desta década possa conduzir a um fundo melhor, com abrandamento das tensões que, por vezes dilaceram as relações entre os estados, e que também se agitam no seio de cada país, das suas instituições e dos seus cidadãos.

A caminhada para a liberdade e a democracia bem como aumento de transparência dos países do Leste Europeu são motivo de regozijo para toda a comunidade internacional mas, só por si, não garantem uma paz duradoira.

As reduções de forças e a limitção de armamentos previstas, com a consequente diminuição do risco de confrontação militar entre o Pacto de Varsóvia e a Nato, significam o fim da guerra fria, mas, por paradoxal que pareça, a Europa não se sente num clima de maior estabilidade.

3. A segurança e a estabilidade são estados que exigem cuidados preventivos, mas tal como a saúde, só se lhes dá atenção quando entram em crise. Então, todos se lembram das Forças Armadas e da sua indisponibilidade, como se uma atribuição extraordinária de recursos pudesse possibilitar o aparecimento, de um dia para o outro, de forças estruturadas, armadas e instruídas.

Face a actual conjuntura internacional, a procura da melhorrelação custo-eficácia determina o estudo de soluções em que a redução quantitativa deve ser compensada pela melhoria qualitativa bem como por uma maior capacidade de mobilização.

As Forças Armadas, instituição nacional ao serviço do povo português, mantém-se indispensáveis à afirmação do nosso país no seio das nações.

4. As Forças Armadas constituem um grupo social com características próprias cujo desrespeito altera profundamente a sua coesão e a capacidade para o cumprimento dos fins que a constituição e a leilhes determinam.

É disso exemplo a disciplina militar com que está intimamente ligada a honra da chefia e a sensatez, a lealdade e a solidariedade, a verdade e a honradez, a discrição e a exemplaridadeda conduta, a abnegação, o apartidarismo político.

As Forças Armadas não podem ser factores de clivagem da sociedade nem devem ter apetências que não sejam as que as consagram ao cumprimento das missões nacionais que lhes estão assinaladas.

5. A identificação com a vida democrática, a coesão, a disciplina, o respeito mútuo e a comunhão como povo de que emanam, sãopressupostosnecessários para as Forças Armadas garantirem a soberania da nação e o seu direito de viver em paz e em liberdade. Militares: «HONRAI A PÁTRIA QUE A PÁTRIA VOS CONTEMPLA»

Notas

1. Segundo a Lusa, parece que a mensagem foi aditada de algumas palavras — onze segundo consta — palavras que não chegaram aos destinatários. Ainda segundo a agência Lusa, o aditamento, a intercalar entre o segundo e o terceiro parágrafos, teria sido: «deste movimento foi precursor o 25 de Abril que hoje comemoramos». Mas não há garantia de que assim tenha sido.

2. Há garantias de que o 25 de Abril restituiu a dignidade às Forças Armadas Portuguesas, embora algumas chefias o ignorem.

3. Igualmente se garante que o Comandante-Chefe das Forças Armadas Portuguesas, noutro local, afirmou: **«Portugal tem, pois, motivos suficientes para celebrar o 25 de Abril com alegria e legítimo orgulho, como uma das datas de maior significado na sua história contemporânea. Na verdade, o 25 de Abril não só representou, para nós, a liberdade e a paz, como contribuiu poderosamente para a libertação dos Povos sujeitos à denominação colonial portuguesa».**

COMEMORAÇÕES DESPORTIVAS

O desporto também é uma forma de celebrar o 25 de Abril e tem sempre grande adesão popular.

As corridas da Liberdade são a expressão mais vincada entre as provas desportivas que, um pouco por todo o país, se realizam no dia 25.

Este ano, à semelhança de anos anteriores, foi disputada na Baixa lisboeta a Corrida da Liberdade, organizada pela A25A, pelo pelouro de desporto da Câmara Municipal de Lisboa e com o apoio da Federação das Colectividades de Cultura e Recreio. Corrida popular e vivamente disputada só teve vencedores com distinção para o Eduardo Fernandes e a Maria Alexandra Valadas.

E também no Porto a prova foi bem renhida com partida junto à ex-Pide e chegada em força, todos, à Praça da Liberdade.

Mas houve provas de ciclismo e passeios de bicicleta. Também ralies-paper e gincanas para gente de todas as idades. E torneios vários. Tudo em sã e boa fraternidade em torno do 25 de Abril, de Norte a Sul do país. Não há espaço para todos os relatos mas tudo aqui fica noticiado.

AS COMEMORAÇÕES NAS AUTARQUIAS, ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, COLECTIVIDADES E ORGANIZAÇÕES POPULARES

Todos os anos, sem excepção, são inúmeros os pedidos de presença e de representação – em cerimónias diversas, em convívios e em festas – de autarquias, de colectividades e de comissões populares para comemorar, celebrar e festejar o 25 de Abril.

Acontece que todos os convites são coincidentes, obviamente, na data e até na hora, em que solicitam a presença de um membro da A25A ou, ainda, quando pedem, em exclusivo, a presença do presidente da direcção. É gratificante receber convites e sobremaneira honroso saber que a nossa presença é requerida, mas não é possível, fisicamente, estar em todo o lado.

Lembramos que, tanto a Delegação do Norte, como a do Centro – e os respectivos núcleos – da A25A podem ser contactados para dar o apoio possível às iniciativas a realizar nessas áreas.

Dos convites vindos das autarquias foi possível estar presente em: Alcácer do Sal, Almada, Almeida, Amadora, Arruda dos Vinhos, Borba, Évora, Figueira da Foz, Fundão, Gouveia, Montijo, Palmela, Peniche, Santarém e Sesimbra.

Presentes também nas freguesias de: Alcântara, Baixa da Banheira, Constância, Pragal, Santa Catarina, Santa Iria de Azóia e Vieira de Leiria.

Estivemos nos colóquios e sessões organizadas nas Escolas Secundárias de: Alcobaça, Barquinha, Caneças, Montemor-o-Novo, Loures, Póvoa de St. Adrião, Ramada, Tondela e Vila Nova de Ourém.

Presentes também a convite das Comissões de Trabalhadores: da Caixa Geral de Depósitos, da Câmara Municipal da Amadora, da Companhia de Seguros Bonança, da Rádio Televisão Portuguesa e da Sociedade Geral de Metalomecânica.

Estivemos em colóquios e convívios a convite de clubes e colectividades, designadamente: Clube de Sargentos da Armada, Conselho da Comunidade Portuguesa de França, Grupo de Cooperantes Portugueses em Moçambique e na Sociedade Recreativa da Baixa da Banheira.

Com presença nos convívios promovidos por comissões locais de democratas: de Almeida e de Póvoa de Santo Adrião. E de muitos outros convívios, onde não estivemos presentes – no torneio de Malha em Ílhavo, no de Oliveira do Bairro, ou no de «Os Penicheiros» – mas que agradecemos e retribuímos com o nosso abraço solidário.

AVISOS

Categoria de Sócio Efectivo:

Os Estatutos e respectivo Regulamento Interno foram distribuídos com o n.º 18 de O REFERENCIAL.

Lembramos que nos termos do artigo 22.º, o apoiante pode adquirir a situação de sócio efectivo, mediante requerimento dirigido à Direcção. Faça o seu requerimento.

Endereço de Sócios e Apoiantes:

O ficheiro de endereços não está actualizado. A sua colaboração é imprescindível, pois não sabíamos que tinha mudado de morada. Mande a sua nova direcção, sem falta.

Cotas:

Há muitos consócios que não têm as suas cotas em dia. Reveja a sua posição e acerte as suas contas com a A25A. Fácil usar a transferência bancária. Não esqueça.

DELEGAÇÃO DO NORTE

A exemplo de anos anteriores a Delegação do Norte da A25A participou activamente nas comemorações do 16.º aniversário do 25 de Abril.

Não tendo organizado iniciativas autónomas, respondeu às várias solicitações, quer através de envio da mensagem alusiva ao acto, quer pela presença de um representante sempre que isso foi possível.

Apoiou os convívios realizados em Guimarães, por oficiais, e em Matosinhos, por sargentos.

Colaborou activamente na organização das comemorações populares do Porto onde, lamentavelmente, não foi possível atingir o leque de forças políticas que se verificou em Lisboa.

Com efeito e por razões que não interessa agora analisar, não se fizeram representar nas comemorações populares o PS e o PRD. Estamos confiantes que, no futuro próximo, aqueles partidos plíticos que se reclamam do espírito de Abril, saberão estar presentes na organização conjunta das celebrações como, aliás, sempre tem acontecido. Igualmente seria desejável que outras forças políticas democráticas viessem a integrar as comemorações, mantendo, como é evidente, a sua natureza e o seu espírito de raíz popular.

DELEGAÇÃO DO CENTRO

Tal como nos anos anteriores a Delegação do Centro deu o seu apoio às comemorações e às actividades que se realizaram na sua área, sendo de destacar:

– O jantar-convívio organizado pelo núcleo de Viseu e que contou com o apoio de visienses. Após o jantar realizou-se um espectáculo cultural com o apoio da ACARTE (Tondela).

– O jantar-convívio em Leiria, promovido pela Comissão Organizadora das Comemorações do 25 de Abril, que contou com a presença do presidente da Assembleia geral da A25A, Coronel Carlos Fabião.

CONVÍVIO E DESFILE EM LISBOA

Este ano a celebração do XVI Aniversário do 25 de Abril, dentro das iniciativas da nossa Associação, ficou circunscrita ao almoço-convívio e ao desfile na Av. da Liberdade, além da Corrida da Liberdade que se noticia noutro local.

O almoço foi largamente participado e serviu de ponto de encontro de sócios e apoiantes. Aconteceu a 22 de Abril na Estufa Fria.

O desfile, na tarde de 25 de Abril, teve larga participação popular e como nos anos anteriores contou com o apoio dos partidos políticos. No Rossio houve intervenções políticas de: Piteira Santos, Alfredo Frade, Eduardo Pires, Blasco Fernandes, Mário Tomé, Feliciano David, Luís Sá, Elisa Damião e, a fechar, Vasco Lourenço.

Vasco Lourenço fez a leitura da mensagem da A25A, transcrita em editorial, aditada dos parágrafos assinalados em itálico.

Sugestões para Comemorar Abril

Ano após ano Abril tem vindo a ser comemorado de várias formas. As comemorações oficiais têm sido marcadas pela cerimónia solene na Assembleia da República.

A nível autárquico há Assembleias Municipais que dedicam uma sessão extraordinária ao 25 de Abril.

As comemorações de cariz popular são, indubitavelmente, as que têm maior expressão, por cobrirem grande número de povoações e por se manifestarem de múltiplas formas. Estas comemorações são de iniciativa de comissões organizadoras locais que, em muitos casos, contam com o apoio da respectiva autarquia. Há também casos em que uma comissão dinamizadora elabora o plano de celebrações que a autarquia levará a efeito em todo o concelho.

Tudo isto vem a propósito das iniciativas conduzidas ou apoiadas pela A25A: o almoço-convívio e a manifestação da Av. da Liberdade. A manifestação é de iniciativa de um grupo de cidadãos com apoio de partidos políticos. O almoço-convívio é aberto a todos os sócios e apoiantes da A25A. Como é evidente estas iniciativas tendem, cada vez mais, a se circunscrever ao núcleo de sócios e apoiantes de Lisboa, tanto assim que as delegações do Norte e do Centro passaram a organizar convívios regionais.

Que fazer no futuro? Multiplicar os convívios, generalizando-os a todos os que pretendem aderir e festejar o 25 de Abril? Englobar no convívio a própria manifestação, dando-lhe a característica de festa-convívio? Incentivar as festas-convívios a cargo de comissões dinamizadoras e com o empenhamento progressivo das autarquias?

Julgamos que tudo precisa de ser repensado e aqui deixamos esta reflexão, pedindo as sugestões e os alvitres, em especial daqueles que há muito trabalham nas comissões locais das comemorações do 25 de Abril. Aguardamos as vossas propostas.

A Guerra Colonial e o 25 de Abril

SEM GUERRA COLONIAL NÃO TERIA HAVIDO O 25 DE ABRIL

É uma afirmação que mostra bem a minha opinião quanto à importância fundamental que a guerra colonial teve no 25 de Abril.

Tentemos demonstrar a razão de ser dessa afirmação. Tendo consciência de que não será no pouco tempo de que disponho neste colóquio que poderei aprofundar o meu ponto de vista sobre o assunto. Tentarei, portanto abordar apenas os aspectos que me parecem mais significativos.

Comecemos por ter presente que o 25 de abril foi obra de militares. Daí a necessidade de analisar as Forças Armadas, quer a sua natureza e estrutura, quer o seu posicionamento face ao regime fascista-colonialista português. Irei debruçar-me essencialmente sobre o Exército. O que não prejudicará o tema que estamos tratando, pois o Exército teve um papel fundamental em todo o processo.

Recordemos a influência dominante que as Forças Armadas vinham tendo, ao longo dos últimos 140 anos, na definição das soluções políticas em Portugal. Nomeadamente no acabar com a experiência democrática da I República e na consequente imposição do regime fascista-colonialista, que vinha subjugando o povo português e negando o direito à independência a vários povos colonizados. Bem como o facto de constituirem — As Forças Armadas — o esteio último desse mesmo regime.

Saído de um golpe militar, transformado rapidamente em regime policial, o regime fascista sabia que só podia aguentar-se pela força, mas sabia também que só a força o poderia derrubar. Daí que tivesse presente a necessidade de — ao mesmo tempo que refinaria a organização e a actuação das forças repressivas, nomeadamente a PIDE e a Legião Portuguesa, — evitar que as Forças Armadas pudessem transformar-se num perigo para a sua sobrevivência. Para isso seguiu a táctica de formar uma estrutura base — os quadros do Q.P. — eficaz na condução dos cidadãos que iam prestar o S.M.O. e eram portadores de todas as características próprias do obscurantismo em que viviam.

Analisemos o tipo de oficiais do Q.P.: recrutados na classe média da sociedade portuguesa, eram portadores de uma grande incultura política e cheios de condicionamentos mentais que lhes eram impostos pela família, a religião, a própria sociedade. Efectivamente, eram ortadores da instrução recebida no Liceu (ensino oficial totalmente controlado, bastando recordar-nos que um professor que ousasse defender ideais mais liberais era imediatamente saneado), sujeitos a uma informação profundamente controlada pela censura e conhecedores de uns quantos livros que haviam lido, também fortemente controlados.

Entrados na Academia Militar, aí lhes refinavam a instrução de que eram portadores e lhes moldavam a mentalidade através do endeusamento das chamadas «virtudes militares», onde a «obediência cega» e o «apoliticismo» apareciam como fundamentais.

Insuflados de uma ideia errada do que é a Pátria, insensados como Heróis, iludidos com falsas Honrarias (a chamada «miséria dourada»), convenciam-nos de que o Chefe tudo pode desde que para isso tivesse recebido a delegação do poder vindo de Cima, para o que contribuíam os vários rituais que, necessários em qualquer organização, sofriam no entanto forte deturpação» nas Forças Armadas Portuguesas com o que se conseguia isolá-las da sociedade a que pertenciam (botas altas, passos ultrapassados, fardas antiquadas, etc.).

Este aspecto é muito importante, pois para o regime era fundamental criar uma separação entre os militares e a sociedade em geral.

Por outro lado, também era importante evitar que os militares criassem grandes afinidades entre as várias camadas etárias. Daí a preocupação de, através de praxes distorcidas, obter a estratificação dos oficiais por cursos, evitando que se formassem gerações. Efectivamente, se comparar-mos a praxe universitária com a praxe seguida nas Academias Militares, encontramos-lhe profundas diferenças e daí que, tendo sido possível a formação de gerações várias em Coimbra, Lisboa ou Porto, o facto é que tal nunca aconteceu em relação aos oficiais.

É esta situação, que continha — é bom que se diga — algumas excepções, que a guerra colonial vem encontrar. Como não podia deixar de ser, o poder utilizou-a, explorou-a e a reacção inicial das Forças Armadas foi a natural nas condições existentes. A guerra fazia sentido, na lógica do sistema existente. A Pátria estava em perigo e o «Portugal pluricontinental e multiracial» não podia ser posto em causa.

No entanto, fazendo a guerra, os oficiais — nomeadamente os mais jovens — não podiam deixar de ser tocados pelas contradições do regime. Comecemos por salientar que ainda antes do início da guerra se verificou um fenómeno que viria a ter grande importância na base de recrutamento de oficiais: as facilidades consentidas na entrada das Academias Militares, nomeadamente de ordem financeira, provocaram um alargamento efectivo no campo social do recrutamento dando origem a uma relativa modificação — não tão grande como às vezes se afirma, mas suficientemente importante — nas origens sociais dos oficiais do Q.P.

O prolongamento excessivo da guerra colonial abre profundas brechas no sistema mental dos oficiais. E com facilidade que se apercebem da realidade do Ultramar, com todas as características negativas da sociedade colonial e da sua administração, e verificam quão enganados haviam sido quando lhes insuflaram o chamado «Portugal pluricontinental e multi-racial».

A natureza da guerra colonial permite, por outro lado, um íntimo e por vezes profundo contacto dos oficiais médios do Q.P. com oficiais milicianos, sargentos e soldados, com a consequente discussão e confronto com novas ideias e novos conceitos. **Era o tal isolamento do resto da sociedade, que fora fomentado e conseguido, que estava a ruir e não poderia deixar de provocar resultados concretos.**

No aspecto militar, a natureza da guerra colonial provocaria forte influência nos jovens oficiais, nomeadamente em dois aspectos, que futuramente viriam a provocar importantes consequências na sua actuação: em primeiro lugar colocou-os numa situação de liderança social, pois eram eles os responsáveis maiores por uma pequena sociedade constituída pelos seus militares e, normalmente, pelas populações da sua área. Em segundo lugar viram a hierarquia militar posta em causa, pois se verificava como que uma rutura na cadeia

hierárquica: quase se pode afirmar que a ligação era praticamente feita entre o capitão, Comandante de Companhia, e o General Comandante Chefe (o comando intermédio e superior estava bastante diluído e com responsabilidades muito alienadas). Daí resultou que os jovens oficiais ganhassem um elevado sentido da responsabilidade e descobrissem que era muito melhor, muito mais seguro e conveniente, basear o seu poder nas bases e não na delegação que vinha de cima. (Era fundamentalmente no prestígio junto dos seus militares, e na consequente aceitação deles, que os capitães assentavam o seu poder). Como consequência, verifica-se que, enquanto os quadros superiores continuam subordinados ao poder e ao regime, os quadros inferiores se desligam dos valores abstractos desse mesmo regime.

A continuação da guerra permite que a constatação da sua injustiça seja um facto (recordarei aqui a minha experiência pessoal: fazendo a guerra, constatei passados alguns meses que um milícia que morrera ao meu lado, em combate, dirigia uma rede de informações do P.A.I.G.C.. Calculem o meu espanto e a minha perturbação quando verifiquei que o Bori fora morto pelos elementos a quem ele fornecia permanentes informações sobre os nossos movimentos. A pergunta que fiz foi «que a guerra é esta?» e a conclusão foi normal: aquela guerra não era minha...) com as consequências naturais na opinião sobre um poder que continuava a impô-la, ainda que procurasse evitar que os seus filhos e afilhados e ela fossem sujeitos.

Quanto à falta de convicção dos militares perante a guerra que eram obrigados fazer, apontarei como exemplo o facto de praticamente todos terem, junto da cabeceira, um calendário onde iam riscando os dias que passavam: o importante era saber quantos dias faltavam para o regresso.

Pessoalmente, posso contar-lhes que propuz para lema do meu batalhão a seguinte frase que, como calculam, não foi aceite «CONTRARIADOS, MAS VAMOS». Mais tarde, viria a deixar inscrito num monumento que construímos num dos aquartelamentos onde estivemos: «POR AQUI PASSAMOS. FAZENDO A GUERRA NO ULTRAMAR, PROCURANDO A PAZ NA METRÓPOLE...».

Essa mesma continuação da guerra provoca o cansaço com as consequências naturais na situação psicológica dos quadros permanentes, que não eram renovados, e os problemas que as soluções de recurso provocavam, de que há a destacar a questão dos ex-milicianos.

Por todas estas razões, a contestação à guerra começa a surgir no seio dos militares, até porque não encontravam resposta para a pergunta «quando e como uma solução para a guerra» e começavam a ver-se ameaçados por um colapso militar, pois o poder, incapaz de encontrar uma solução política para essa guerra, não escondia já que se preparava para fazer novamente dos militares o bode expiatório, tal como já acontecera com a Índia.

Estavam, claramente, em causa as «soluções» do poder político que se mostrava incapaz de se adaptar à vida social e económica do mundo moderno, bloqueava todas as transformações possíveis na sociedade portuguesa e se isolava internacionalmente cada vez mais.

Estava, fortemente, em causa o prestígio das Forças Armadas perante os cidadãos portugueses, pois fazendo uma guerra que já sentiam inútil e injusta, que não desejavam, eram acusados que não a querer terminar porque ganhavam lá bom dinheiro (até isto não era verdade, pois ganhavam mal relativamente à situação local, não entrando mesmo em consideração com as condições várias provocadas pela situação de guerra. Devo dizer que se essa acusação foi lançada conscientemente pela oposição ao regime, foi extraordinariamente feliz pelas consequências provocadas nos militares).

Penso ter resumido a situações que possibilitou o ir-se ao encontro do 25 de Abril: sendo urgente encontrar uma nova solução, fácil se toma compreender que essa solução só seria viável com uma inflexão política. Aproveitando os vários erros do poder e os vários acontecimentos daí resultantes (de que se impõe salientar o importantíssimo papel desempenhado pelo Congresso dos Combatentes, em Março de 1973. Com efeito, ao preconizar um reforço de guerra e ao montar uma mascarada para justificar essa sua posição, o Governo fomentou a criação de um forte movimento de contestação entre os oficiais do Q.P.: que deu origem ao que podemos considerar o pré-início do Movimento dos Capitães), aproveitando as várias acções que puseram em causa o poder, de que destaco a acção de Spínola e as várias acções da oposição ao regime, nomeadamente a da Capela do Rato, aproveitando as condições existentes e que atrás referi, fácil foi conseguir, entre os jovens oficiais, uma progressiva compreensão do problema português. Com efeito, do início da formação do Movimento dos Capitães, onde grande parte dos seus elementos se movia fundamentalmente por razões corporativas, à contestação de que o cerne da questão era a natureza do regime, à decisão de o derrubar e abrir as portas da Liberdade e da democracia e realizar o 25 de Abril, mediaram apenas nove meses de conspiração.

Termino com três afirmações:

Em primeiro lugar, aquela com que iniciei a minha intervenção. **Sem guerra colonial não teria havido o 25 de Abril.** É evidente que o 25 de Abril não resulta apenas da guerra colonial, não podendo esquecer-nos de toda a luta da oposição, nos vários campos. Mas o que, para mim, me parece claro é que se não tivesse havido guerra colonial, poderia haver uma outra qualquer mudança de regime, o fascismo-colonialismo iria cair, mas seria doutra maneira. Haveria talvez um outro 25 de Abril, com outras características ou não.

Em segundo lugar, a afirmação de que o 25 de Abril permitiu que a Descolonização ou a Independência dos povos colonizados, depende do ponto de vista, apesar dos muitos traumatismos ocorridos, decorresse de maneira a que existam condições para uma fraterna a privilegiada relação entre o povo português e os povos desses novos países que se expressam na nossa língua.

Por último, **os militares do MFA não quiseram ficar com o poder nas suas mãos mas quiseram, sim, devolvê-lo ao povo português.** É esta uma das características que nunca é demais realçar, quer quanto ao 25 de Abril de 1974, quer quanto ao processo subsequente. Até por ser, então uma excepção em todo o mundo.

Terminei. Fico à vossa disposição para quaisquer questões que me queiram colocar. Obrigado.

(Comunicação feita em 03MAR90, no colóquio da Escola Secundária de Alcobaça).

VASCO LOURENÇO

O 25 de Abril revisitado pelos media internacionais

A iniciativa do Diário de Lisboa em realizar um colóquio, centrado nos acontecimentos do 25 de Abril, com depoimentos e debates em que os principais intervenientes foram os próprios jornalistas que viram e noticiaram esses acontecimentos, foi coroada de êxito.

O colóquio/DL permitiu, por um lado, uma troca de impressões multifacetadas, por outro repor ou ajustar a verdade de ocorrências relatadas e também remomoriar incidentes e recordar acontecimentos que se esbatem no nosso quotidiano, começando a marcar a nossa história contemporânea.

Em termos de comunicação social pode dizer-se que participaram jornalistas dos principais órgãos europeus – da imprensa, da rádio e da televisão – havendo o contributo de outros que deram a visão da imprensa americana e da soviética.

A sessão de abertura foi presidida pelo ministro Couto dos Santos e a de encerramento pelo Presidente da República. Nas restantes esteve a presidente da Associação dos Jornalistas Estrangeiros, o presidente da Casa da Imprensa, o presidente do Sindicato dos Jornalistas e o presidente da direcção da Associação 25 de Abril.

As comunicações distribuiram-se por três dias (17 a 19 de Abril) e agruparam-se em sete painéis temáticos:

- O 25 de Abril na imprensa francófono.
- A península Ibérica, da ditadura à democracia.
- Portugal 1974 - 1990.
- A perspectiva do jornalismo radiofónico e televisão.
- Os acontecimentos de 1974 - 1975 na imprensa norte-americana e portuguesa.
- Percepções soviéticas de Portugal 1974 - 1975, antes e depois da «Glasnost».
- A revolução de Abril no panorama europeu.

Descrever a forma como decorreram as sessões e sintetizar o teor das comunicações é tarefa que não nos cabe. Mas aconselhamos vivamente os associados a consultarem o relato do colóquio. E esperamos que o Diário de Lisboa edite uma separata. Aqui fica a sugestão.

A assistência acompanhou as intervenções com interesse e havia uma faixa representativa estudantil. Alguém da plateia interpelou a mesa para saber onde poderia ler um resumo sobre o 25 de Abril, mas queria um resumo com a verdade dos factos.

A guerra colonial foi abordada por vários ângulos. Uma interpretação em anedota (seria?) reportou que já não havia guerra em Angola. Era uma combinação tipo Solnado com ataques às segundas, quartas e sextas e defesas às terças, quintas e sá-

COLÓQUIO/DL

O 25 de Abril revisitado pelos media internacionais

Organizado pelo «Diário de Lisboa» Forum Picoas, 17, 18 e 19 de Abril

Terça-feira, 17 de Abril

9.30 - Sessão de abertura
Presidi à sessão o ministro Couto dos Santos
- António Ruella Ramos (Presidente do Conselho de Administração do Diário de Lisboa)
- Mário Mesquita (Director do Diário de Lisboa)
- António Couto dos Santos (Ministro Adjunto e da Juventude)

10.30 - PAINEL 25 DE ABRIL NA IMPRENSA FRANCÓFONA
- Moderador: José Leite Pereira
Comunicações:
- Colette Braeckman (Le Soir)
- Georges Dupuy (Quotidien de Paris)

11.00 - Pausa-café

11.15 - José Manuel Nunes Cansado (Universidade Livre de Bruxelas)

11.30 - Comunicações:
- António Barreto (deputado à Assembleia da República)
- Jean-Pierre Clerc (Le Monde)
- M. Bettencourt Resendes (Diário de Notícias)

13.00 - Intervalo

15.00 - PAINEL A PENÍNSULA IBÉRICA, DA DITADURA À DEMOCRACIA
Presidi à sessão o presidente da Associação dos Jornalistas Estrangeiros, Jiří Jelínek
- Moderador: Rui Cameiro

Comunicação:
- Marcel Niedergang (Le Monde)

Comentários:
- Artur Portela (Centro de Comunicação Social)
- Fernando Pinto Santos (Universidade Clássica de Lisboa)
- Vicente Jorge Silva (Público)

16.30 - Pausa-café

17.00 - Debate

18.00 - Encerramento da sessão

Quarta-feira, 18 de Abril

9.30 - PAINEL PORTUGAL 1974-1990
Presidi à sessão o presidente da direcção da Associação 25 de Abril, Vasco Lourenço

Comunicações:
- Dominique Fournier (Libération)
- Werner Raith (Tages Anzeiger)

Comentários:
- Acácio Barradas (Diário de Lisboa)
- Fernanda Mestrinho (Diário de Lisboa)
- Francisco Bélard (Expresso)
- Fernando Assis Pacheco (O Jornal)

11.00 - Pausa-café

11.15 Comunicações:
- André Fontaut (L'Express)
- Joelle Kuntz (Radio-Télévision Suisse Romande)

Comentários:
- Dinis de Abreu (Diário de Notícias)
- José Carlos de Vasconcelos (Jornal de Letras)
- José Rebelo (Le Monde)
- José Silva Pinto (O Jornal)

13.00 - Intervalo

15.00 - PAINEL A PERSPECTIVA DO JORNALISMO RADIOFÓNICO E TELEVISIVO
Presidi à sessão o presidente da direcção da Casa da Imprensa, Manuel Gonçalves da Silva

Comunicações:
- Hans Hoehner (WDR)
- Ramon Colom (TVE)
- Susannah Ross (BBC)

Comentários:
- Diana Andringa (DL)
- Manuel Ricardo Ferreira (RTP)

16.30 - Pausa-café

16.45 - Emídio Rangel (TSF)
- Adelino Cunha Ferreira
- Maria Elisa* (RTP e Maria Claro)

18.00 - Encerramento da sessão

Quinta-feira, 19 de Abril

9.30 - PAINEL OS ACONTECIMENTOS DE 1974-1975 NA IMPRENSA NORTE-AMERICANA E PORTUGUESA
Presidi à sessão o presidente da Federação dos Sindicatos dos Jornalistas, João Mesquita

Comunicações:
- Henry Giniger (New York Times)
- Dimitri Constantin da Assembleia da República)
- Steve Browning (Baltimore Sun)

Comentários:
- Bernardino Correia (Fabrição Luso Americana para o Desenvolvimento)
- Joaquim Letria (Sábado)
- Nelson Traquina (Universidade Nova de Lisboa)

11.00 - Pausa-café

11.15 - PAINEL PERCEPÇÕES SOVIÉTICAS DE PORTUGAL 1974-1975, ANTES E DEPOIS DA GLASNOST
Comunicação:
- Vadim Poliakovsky (Za Rubejom)

Comentários:
- Alexandre Zdirovetsky (Novosti)
- Carlos Fino* (RTP)
- Carlos Gaspar (Política Internacional)
- Álvaro Vasconcelos (Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais)

13.00 - Intervalo.

15.00 - PAINEL A REVOLUÇÃO DE ABRIL NO PANORAMA EUROPEU
Presidi à sessão o Presidente da República, Mário Soares *
- Moderador: João Paulo de Oliveira

Comunicação:
- André Fontaine, (director de Le Monde)

Comentários:
- Francisco Pinto Balsemão (Presidente do Conselho de Administração do «Expresso»)
- José Medeiros Ferreira (Universidade Nova de Lisboa)
- Miguel Urbano (Diário de Lisboa)

16.30 - Intervenção do Presidente da República, Mário Soares

17.00 - Palavras de encerramento do colóquio:
Antônio Ruella Ramos, presidente do Conselho de Administração do «Diário de Lisboa»

A participação dos comentadores assinalados com * está ainda sujeita a confirmação

Com o patrocínio da LISGRÁFICA, S.A.

Apoios: BBC, Embaixada dos Estados Unidos da América, Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento, Novosti e Air France, Hotel Meridien de Lisboa Caves D. Teodósio, C.M.L. /Departamento de Turismo, Instituto de Promoção Turística e Embaixada da RFA.

bados, uma brincadeira! A anedota insólita ficou sem resposta. Alguém tem que revisitar Angola dos Palancassas e dizer que dez anos depois se continuava a morrer nas «Sete Curvas» que Manuel Alegre romanceou nas «Jornadas de África»... Só que não havia acordo com o Escórcio... A guerra era pôdre mas sangrava.

Inevitável falar-se da descolonização, em tom vivo e polémico com Salgado Zenha e Vasco Lourenço a deixarem os Jornalistas estrangeiros perplexos. Dezasseis anos depois e ainda vivem os acontecimentos passados como se ocorridos hoje?

Curioso, curioso foi constatar que o director de Informação da RTP não pode estar presente por ausente no Porto e o seu substituto – um dos convidados para comentar o painel sobre o jornalismo rediofónico e televisivo – esteve ausente por o seu chefe não estar presente em Lisboa.

Viva e interessante foi a nota de repórter – Adelino Gomes – a subir de novo a rua Nova do Almada, na esteira de Salgueiro Maia. Palavras curtas e precisas e toda a assistência viu a cena viva da coluna militar, alongada e envolvida pela multidão, a caminho do Carmo. Aliás este flash de Lisboa correu fronteiras e quase se transformou no símbolo da Revolução. Tem que se revisitar para além de Lisboa, ouvir e falar dos Salgueiros Maias que fizeram o 25 de Abril no país.

Importante pelo seu conteúdo foi o painel da última sessão, presidida pelo Presidente da República, com as comunicações de André Fontaine, de Pinto Balsemão, de Medeiros Ferreira, de Mário Mesquita e de Mário Soares. Tem interesse analisar os pontos de vista expressos sobre a influência norte-americana e soviética no decurso da Revolução, face à conjuntura internacional da época.

Este colóquio, como referiu Mário Soares, «representou o início de um processo de reflexão sobre o 25 de Abril que me parece extremamente importante. Uma iniciativa a ser retomada», sem dúvida e em moldes que possibilitem o seu enriquecimento quer pelo debate aprofundado, quer pela participação alargada a outros sectores.

Mensagens da Associação 25 Abril Ao Congresso Nacional Africano

A Associação 25 de Abril congratula-se com a libertação de Nelson Mandela, vítima do regime de apartheid institucionalizado em 1948 e símbolo maior da luta da libertação dos povos da África do Sul.

Portugal do 25 de abril pode orgulhar-se de ter introduzido profundas alterações na situação de conflito que, de há muito, se vem verificando na África Austral, ao contribuir decisivamente para a independência das ex-colónias de Angola e Moçambique, retirando cobertura à política de discriminação racial e de ocupação da Namíbia.

A Associação 25 de Abril, onde se encontra a quase totalidade dos militares autores da Revolução dos Cravos, espera que a libertação de Nelson Mandela constitua um passo significativo para o fim próximo do sistema de apartheid, formulando votos para que outros importantes passos se lhe sigam, com vista ao seu desmantelamento total.

Solicitamos seja dado conhecimento pessoal desta nossa mensagem ao Dr. Nelson Mandela.

Com as nossas mais cordiais saudações e máxima consideração.

(23FEV90)

À Embaixada da África do Sul

A Associação 25 de Abril felicita o Presidente De Klerk e o seu Governo pela resolução de libertar Nelson Mandela, vítima do regime de apartheid institucionalizado em 1948.

Portugal do 25 de Abril pode orgulhar-se de ter contribuído para uma situação de maior justiça e igualdade na África Austral, ao criar condições para uma mais rápida independência das ex-colónias de Angola e Moçambique.

A Associação 25 de Abril, onde se encontra a quase totalidade dos militares autores da Revolução dos Cravos, espera que a libertação de Nelson Mandela constitua um passo significativo no fim do sistema de apartheid, cujo desmantelamento total se deseja para breve, no seguimento da independência da Namíbia.

Com os melhores cumprimentos

(23FEV90)

À Comissão Nacional de Sargentos

A Associação 25 de Abril sauda os sargentos reunidos no seu 2.º Encontro Nacional.

Após o seu 1.º Encontro, os sargentos fundaram a sua Associação Nacional, que é bem a imagem da nobre luta que vem desenvolvendo pela dignificação da sua classe.

Dignificação que, para além de justa, é indispensável à própria dignificação das Forças Armadas, pois estas apenas serão verdadeiramente dignas quando todos os seus componentes forem igualmente dignificados.

No momento em que se notam preocupantes actuações no que concerne aos assuntos das Forças Armadas, nomeadamente aos estatutos dos militares, torna-se mais importante ainda a acção que os sargentos vêm desenvolvendo, contribuindo de maneira decisiva para uma justa valorização dos militares na sociedade portuguesa.

Por tudo isso, ao mesmo tempo que formula votos para que o vosso exemplo frutifique, a Associação 25 de Abril manifesta total apoio e solidariedade aos sargentos e nomeadamente às suas Associação Nacional e Comissão Nacional, com vista à resolução dos seus problemas de dignificação profissional.

Com as nossas mais cordiais saudações.

(06ABR90)

PORTUGAL 1974 - 1990

A sessão de 18 de Abril do Colóquio/DL, subordinada ao título referido, foi presidida por Vasco Lourenço, na sua qualidade de presidente da Associação 25 de Abril; a abrir, produziu a intervenção que, abaixo, transcrevemos na íntegra.

O painel teve duas séries. A primeira com as comunicações de Dominique Pouchin, do Libération e de Werner Herzog, do Tagues Anzeiger, sendo comentadores Acácio Barradas e Fernanda Mestrinho, do Diário de Lisboa, Francisco Bélard, do Expresso e Fernando Assis Pacheco, de O Jornal. As comunicações de André Pautard, de L'Express e Joelle Huntz, da Radio-Television Suisse Romande preencheram a segunda parte, sendo comentadores Dinis de Abreu, do Diário de Notícias, José Carlos de Vasconcelos, de O Jornal, José Rebelo, de Le Monde e José Silva Pinto, de O Jornal.

A intervenção de Vasco Lourenço:

Minhas senhoras e meus senhores, a todos as minhas saudações.

Sem pretender fazer uma comunicação e ainda que me reserve o direito de poder participar num debate que se deseja possível nesta sessão – assim o andamento da mesma no-lo permita – gostaria de fazer uma pequena intervenção introdutória.

Em primeiro lugar, seja-me permitido felicitar o Diário de Lisboa, nas pessoas dos Drs. Ruella Ramos e Mário Mesquita pela feliz e oportuna iniciativa que aqui nos reuniu. Comemorar Abril com uma iniciativa desta natureza é reconhecer, à partida, a importância que o nosso acto libertador de 1974 teve para toda a comunidade internacional. Teve e continua a ter, como se tem visto ultimamente e estamos constatando neste colóquio. Ainda que alguns responsáveis portugueses continuem a não querer compreender isso mesmo.

Com efeito, é significativo que em Novembro de 1989, quando da queda do Muro de Berlim, a BBC tivesse noticiado esse evento recordando o 25 de Abril de 1974 (foi com surpresa que ouvi um amigo, que então se deslocou a Londres, dizer-me «ontem, vi-o na BBC em Londres», acrescentando perante a minha surpresa e incredulidade «sim, é que para enquadrarem as notícias da queda do Muro de Berlim, evocaram com muitas imagens de então, o nosso 25 de Abril»). Igualmente significativo, ainda que de sinal contrário, é o facto de o principal noticiário da RTP de ontem não ter sequer feito referência a este colóquio.

Eis aqui um exemplo concreto da situação que se vive em Portugal, em 1990.

As felicitações apresentadas ao DL, quero acrescentar o meu agradecimento pelo honroso convite para presidir e moderar esta sessão. E se é natural convidarem um representante dos militares de Abril, através da Associação 25 de Abril que congrega a sua quase totalidade (a percentagem é da ordem dos 90% a 95%) – diga-se, aliás, que convites desta natureza são próprios e usuais nos actos comemorativos do 25 de Abril – isso não faz esquecer o ostracismo e a perseguição com que a maioria de nós tem sido mimoseada, nomeadamente pelos principais detentores de cargos responsáveis. Como exemplo, bastará referir a atitude do Governo quando das comemorações do X Aniversário do 25 de Abril e o posicionamento do EMGFA que nunca convidou a Associação 25 de Abril para as comemorações oficiais. O que ajuda a explicar a atitude, segundo parece, de tentarem este ano a não realização de comemorações militares. O que, a ser verdade, dá continuidade à posição do anterior CEMGFA que, há dois anoss, afirmava convicto que o 25 de Abril pertencia ao passado.

Relativamente ao prosseguimento da carreira dos militares de Abril, pode afirmar-se que, salvo raras excepções, todos viram a referida carreira prejudicada, em desfavor ou dos claramente opositores, ou dos abstencionistas ou dos que, sendo militares de Abril, rapidamente se arrependeram e tentaram mesmo evitar que as promessas e os ideais de Abril se cumprissem.

É esta mais uma das situações que caracterizam o Portugal de 1990: com efeito, os militares de Abril são, hoje, bastante incómodos, quer para os que não gostam que lhes recordem que liberdade e justiça social se completem e devem ser indissolúveis, quer para os que não gostam de reconhecer que houve outros que realizaram efectivamente o acto do derrube do fascismo e cumpriram todas as promessas que em 25 de Abril de 1974 fizeram ao povo português, ainda que se vissem obrigados a travar lutas fraticidas.

Não queremos com isto afirmar-nos únicos autores do derrube do regime fascista e únicos actores na consolidação do regime democrático. De maneira nenhuma. O nosso maior mérito foi, efectivamente, saber aproveitar as condições que a luta de muitos e muitos portugueses e portuguesas tinha criado. Saber aproveitar a fraqueza do regime fascista e saber aproveitar a nossa força. Saber, de seguida, resistir a pressões de toda a natureza e cumprir com os compromissos assumidos.

1974-1990

Hoje, ultrapassado o período de vigência da 1.ª República, podemos reafirmar o nosso orgulho em termos realizado um acto histórico com influência decisiva no melhor da vida do povo português e de muitos outros povos. A começar pelos antigos povos colonizados que, com o 25 de Abril, viram melhorar de forma determinante as condições para conquistarem a sua independência, quer os que lutaram militarmente por ela, quer os que ainda não tinham atingido essa fase. Com o 25 de Abril criaram-se condições para que, apesar da longa guerra, a descolonização/independência pudesse ser feita de modo a que Portugal e os novos países mantivessem, no futuro, relações privilegiadas (situação que não tem sido devidamente explorada, mas que tem vindo a melhorar significativamente).

Eis, em meu entender, outra característica do Portugal de 1990: o nosso principal e melhor capital, em termos internacionais, consiste na nossa capacidade de relacionamento com África, nomeadamente com os países de expressão oficial portuguesa.

Igualmente podemos, em 1990, assumir uma quota parte da responsabilidade das evoluções que se vêm verificando no mundo: com efeito, depois da influência em Espanha, na Grécia, na América Latina, chegou a hora de

sermos apontados como exemplo na luta pela Liberdade que os povos do Leste Europeu vêm travando. Como, finalmente, as consequências do 25 de Abril na África Austral – recordemos que, então retirámos o escudo protector ao regime da África do Sul – estão prestes a produzir efeitos finais com a iminente queda do odioso «apartheid».

Eis um capital, no mínimo moral, que o Portugal de 1990 pode e deve assumir como seu.

Dezasseis anos passaram. Pessoalmente, considero o 25 de Abril um acto vitorioso, ainda que um processo incabado. Mas, como já aqui foi referido anteriormente, todas as revoluções foram e são inacabadas.

Na conspiração queriamos alcançar alguns objectivos, depois – nomeadamente devido à acção popular – ambicionámos muito mais. Pois bem, poderei afirmar que a conspiração teve sucesso total. No entanto, falta muito do que, nos tempos que se seguiram ao 25 de Abril, se sonhou e idealizou. Houve, inclusivamente muitos retrocessos. Ficou o fundamental, que é a LIBERDADE. Recordando os três D do Programa do MFA, a Democracia é um facto, existe nomeadamente no aspecto formal, estando as componentes social, económica e cultural longe de ser alcançadas; a Descolonização foi realizada, mas continua a chaga de Timor, ainda que a responsabilidade da continuação da actual situação seja mais da comunidade internacional que de Portugal; o Desenvolvimento global do país é muito grande mas está a léguas de ser o desejável.

Resumindo, direi que Portugal de 1990 não é o que sonhámos em 1974/75, mas é muito, muito diferente, para melhor, que o de 1973. Estes 16 anos alteraram, com feito, muito e muito a paisagem de Portugal.

Para terminar, direi que Portugal, tendo embora a sua história enriquecida, está hoje também mais pobre: deixou de contar com a presença activa de muitos e muitos lutadores pela sua liberdade, militares e civis de Abril, uns mais conhecidos, outros mais desapercebidos do grande público. Não os podendo nomear a todos, seja-me permitido não referir qualquer nome, mas evoca-los em conjunto.

18 de Abril de 1990

VASCO LOURENÇO

NOVOS CORPOS GERENTES

Em 4 de Abril tomaram posse os novos Corpos Gerentes da nossa Associação para um mandato de dois anos.

A eleição teve lugar na Assembleia Geral de 31 de Março do corrente ano com a vitória da lista A, assim constituida:

ASSEMBLEIA GERAL:	
Presidente	Carlos Alberto Idães Soares Fabião, Cor
Vice-Presidente	José Manuel de Oliveira Monteiro, CMG
1.º Secretário	Cremildo Lobato Possante, SMor
2.º Secretário	Vitorino Ramalho Batista, Cap
Suplentes	Joaquim José Filipe Ventura, SAj
DIRECÇÃO:	
Presidente	Vasco Correia Lourenço, TCor
Vice-Presidente	João Caiado Gago Falcão de Campos, CMG
Secretário	José Barata Olivença, Cap
Tesoureiro	Manuel Antunes Borges Correia, Cor
Vogais Efectivos	José Luís Napoles Guerra, Cor
	Alcides José Sacramento Marques, Cor
	Carlos Octávio Cruz Oliveira, Maj
	Fernando António da Fonseca Casimiro, SCh
	Ricardo Maria Riça da Silva, SAj
Suplentes	José Manuel Dourada Mendes, Cap
	José Augusto dos Santos Rosário, TCor
CONSELHO FISCAL:	
Presidente	Amadeu Garcia dos Santos, Gen
1.º Secretário	José Alberto Nunes da Cruz, CFrag
2.º Secretário	Eugénio Óscar Filipe de Oliveira, Cor
DELEGAÇÃO DO NORTE:	
Presidente	Mário Brandão dos Santos, TCor
DELEGAÇÃO DO CENTRO:	
Presidente	Manuel Henrique Lestro Henriques, Cor

PEDIDOS DE REPRESENTAÇÃO NAS COMEMORAÇÕES DO XVI ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

Assembleia da República — (Sessão Solene)
Assembleia Municipal de Peniche — (Sessão Solene)
Assembleia Municipal do Porto — (Sessão Solene)
Assembleia de Freguesia da Aplicação — (Sessão Solene)
Associação de Estudantes da Escola Secundária de Amarante — (Debate)
Associação Franco-Lusa les Amis do 25 de Abril - Paris — (Convívio)
Câmara Municipal de Alcácer do Sal — (Convívio)
Câmara Municipal de Almada — (Sessão Solene)
Câmara Municipal de Almeida — (Inauguração do Largo 25 de Abril)
Câmara Municipal de Alpiarça — (Convívio)
Câmara Municipal de Alpiarça — Convívio)
Câmara Municipal da Amadora — (Convívio)
Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos — (Sessão Solene)
Câmara Municipal de Borba — (Sessão Solene)
Câmara Municipal de Évora — (Convívio)
Câmara Municipal de Fafe — (Sessão Solene)
Câmara Municipal da Figuera da Foz — (Sessão Solene)
Câmara Municipal do Fundão — (Convívio)
Câmara Municipal de Gouveia — (Sessão Solene)
Câmara Municipal de Mértola — (Convívio)
Câmara Municipal do Montijo — (Convívio)
Câmara Municipal de Mora — (Convívio)
Câmara Municipal de Nisa — (Sessão Solene)
Câmara Municipal de Odemira — (Convívio)
Câmara Municipal de Palmela — Sessão Solene/Exposição)
Câmara Municipal de Santarém — (Sessão Solene)
Comissão Sindical dos Trabalhadores da Câmara Municipal da Amadora — (Sessão solene)
Comissão Unitária Promotora dos Trabalhadores na Petrogal — (Convívio)
Comissão Cultural Portuguesa de Zurique-Suíça — (Convívio)
Comissão de Trabalhadores da Alcatel — (Convívio)

Comissão de Trabalhadores da Automática Eléctrica Portuguesa — (Plenário)
Comissão de Trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos — (Convívio)
Comissão de Trabalhadores da Companhia de Seguros Bonança — (Convívio)
Comissão de Trabalhadores da Rádio Teõevisão Portuguesa — (Convívio)
Comissão de Trabalhadores da Setenave — (Sessão Comemorativa)
Comissão de Trabalhadores da Sociedade Geral de Metalomecânica — (Sessão Solene/Convívio)
Clube do Sargento da Armada — (Sessão Comemorativa)
Clube Recreativo Barroquense — (Exposição de Pintura Infantil)
Conselho da Comunidade Portuguesa de França — (Convívio)
Escola Secundária de Alcobaça — (Debate)
Escola Secundária da Barquinha — (Debate)
Escola Secundária de Caneças — (Debate)
Escola Secundária de Loures — (Debate)
Câmara Municipal de Sesimbra — (Sessão Solene)

Com Dinamizadora das Comemorações do 25 de Abril em Vila Nova de Famalicão — (Convívio)
Comissão Municipal da Juventude do Seixal — (Debate)
Comissões Promotoras da Celebração do 25 de Abril:
Na Função Pública — (Convívio)
Em Felgueiras — (Convívio)
Em Guimarães — (Convívio)
Em Lousada — (Convívio)
Em Merlim-Braga — (Convívio)
Em Penafiel — (Convívio)
Escola Secundária de Montemor-o-Novo — (Debate)
Escola Secundária de Póvoa de Santo Adrião — (Debate)
Escola Secundária da Ramada — (Debate)
Escola Secundária de Tondela — (Debate)
Escola Secundária de Vila Nova de Ourém — (Debate)
Grupo de Cooperantes Portugueses em Moçambique — Convívio)
Grupo de Dem. de Almeida — (Convívio)
Grupo de Dem. da Guarda — (Convívio)
Grupo de Dem. do Lumiar — (Convívio)
Grupo de Democratas da Póvoa de Santo Adrião — (Convívio)
Juntas de Freguesia de:
Agualva-Cacém — (Convívio)
Alcântara — (Convívio)
Alhandra — (Sessão Solene)
Baixa da Banheira — (Convívio)
Bonfim — (Exposição)
Constância — (Convívio)
Custóias — (Sessão Solene)
Lavradio — (Convívio)
Pontinha — (Sessão Solene)
Pragal — (Convívio)
Rio Tinto — (Convívio)
Santa Catarina — (Convívio)
Santa Iria da Azóia — (Sessão Solene)
Vieira de Leiria — (Colóquio)
Movimento Democrático de Monreal-Canadá — (Convívio)
Part. Socialista - Maia/Porto — (Convívio)
R. Clube das Lezírias — (Comunicação)
Rádio Miramar — (Comunicação)
Sindicato dos Metalúrgicos — (Convívio)
Sindicato dos Professores da Zona Norte — (Colóquio)

Sociedade de Instrução e Recreio Barreirense «Os Penicheiros» — (Convívio)
Sociedade Recreativa da Baixa da Serra — (Convívio)
Sociedade Recreativa da Cova da Moura — (Convívio)
Sport Operário Marinhense — (Convívio)
União dos Sindicatos do Conselho de Almada — (Colóquio)
Viana Taurino Clube — (Convívio)
Voz de Amesterdão — (Convívio)

VAMOS APRENDER BRIDGE! (9)

1 – A CONVENÇÃO STAYMAN

Abordamos, no artigo anterior, o desenvolvimento do leilão, após a abertura em 1 ST.

Referimos então a existência duma convenção, hoje praticamente generalizada, denominada STAYMAN, por ter avocado o nome do jogador que a idealizou e divulgou.

O «STAYMAN» apareceu já lá vão cerca de 40 anos e desde então, pela sua credibilidade, tornou-se num «instrumento» imprescindível para os jogadores de Bridge, sendo utilizada que pelos néofitos quer pelos mais qualificados competidores.

O «sinal» de que o parceiro do abridor em 1 ST vai utilizar, no desenvolvimento do leilão, o «STAYMAN» será transmitido pelo anuncio de: – 2 ♣ .

Com essa voz pretende-se transmitir ao parceiro a seguinte mensagem:

«Tens na tua mão 4 cartas de ♥ ou de ♠ ? Além disso qual é a força do teu ST?»

Como poderemos constactar o STAYMAN permite detectar a existência dum «FIT» 4-4 em ♥ ou ♠ , facultando assim a marcação da partida em naipe rico, quer muitas vezes e mais fácil de cumprir do que em ST, dado a existência dum naipe «furado» poder ser compensada pelo poder de corte, que, apenas um contrato em naipe, faculta.

2 – ANÚNCIO DE UTILIZAÇÃO

Como atrás dissemos a utilização do STAYMAN inicia-se **obrigatoriamente** pela seguinte sequência do leilão:

ABRIDOR	RESPONDENTE
1 ST	2 ♣

3 – RESPOSTAS DO ABRIDOR EM 1 ST

Após o anuncio de 2 ♣ o abridor terá ao seu dispor a panóplia de vezes que a seguir indicamos e que, como poderão constactar, fornecerão ao parceiro a informação necessária a uma mais precisa marcação do contracto correcto (quer no naipe quer no nível):

2 ♦	COM UM ST MÍNIMO (16/17 PH) E SEM NAIPES RICOS DE 4 CARTAS
2 ♥ ou ♠	COM 4 CARTAS DE ♥ OU DE ♠ . CONFORME O CASO
2 ST	COM UM ST MÁXIMO (18 PH) E SEM 4 ♥ OU 4 ♠
3 ♣	COM UM ST MÍNIMO E COM 4 CARTAS DE ♥ E 4 DE ♠
3 ♦	COM UM ST MÁXIMO E COM 4 CARTAS DE ♥ E 4 DE ♠

De tudo o que referimos é óbvio inferir que com mãos de distribioção 4-3--3-3 não haverá qualquer vantagem em utilizar o STAYMAN, com o fim de detectar um FIT 4/4.» dado serem mãos balançadas» em que o «poder de corte» é inexistente. Neste caso o melhor será marcar em ST, ao nível que a força do jogo o aconselhar.

4 – EXEMPLOS DE MARCAÇÃO

Conjugando os conceitos definidos no artigo anterior com a utilização do STAYMAN que hoje exposemos, vamos «marcar» algumas mãos, o que nos permitirá concluir da utilidade e da precisão que tais elementos facultam. Após a abertura de 1 ST que deverá marcar com as seguintes «mãos»?:

NR1

♠ D10
♥ V97642
♦ 1087
♣ 42

Marque 2 ♥ que é uma voz de paragem obrigatória para o abridor. Com jogos deste tipo é mais fácil cumprir um contrato em naipe ao nível 2 do que 1 ST.

Em ST poderá não dar qualquer vaga ao seu parceiro que, a maior parte das vezes, tem que jogar sempre da sua mão («do peito,» na gíria)

NR2

♠ D103
♥ V976
♦ 1087
♣ D42

Passe! Qualquer voz, com esta mão balançanda e com os seus 5 PH, poderá ser o prenúncio de catástrofe.

NR3

♠ V10964
♥ R1083
♦ D102
♣ 7

Responda 2 ♣ (STAYMAN). Se o seu parceiro responder 2 ♦ diga 2 ♠ . Com esta voz ele fica a saber que tem que ter 5 ♠ e 4 ♥ e pelo menos 8 DH e menos de 10DH.

NR4

♠ D1086
♥ AV95
♦ R84
♣ 107

Diga 2 ♣ . Se ouvir 2 ♥ ou 2 ♠ , marque partida no naipe anunciado. Se ouvir 3 ♣ ou 3 ♦ marque partida em ♥ ou ♠ (em ambos os naipes tem fit 4/4). Se ouvir 2 ♦ ou 2 ST marque 3 ST.

NR 5

♠ V97632
♥ A3
♦ DV97
♣ 5

Marque 4 ♠ . No conjunto das duas mãos detem força em DH para partida e tem garantido a existência de um «FIT» em ♠ (8 cartas), dado o abridor em ST deter **no mínimo** 2 cartas em ♠ .

NR 6

♠ R107
♥ D85
♦ D964
♣ V108

Diga 2 ST. Tem 8 H mas não possui nem 4 ♥ nem 4 ♠ . Se o abridor estiver mínimo deverá passar. Se estiver máximo (18 H ou 17 H com «mais valias») deverá «fechar» em 3 ST.

5 – Não restarão dúvidas de que a utilização do STAYMAN permite melhorar significativamente a qualidade do bridge praticado.

Ela não é, contudo, panaceia que permita resolver todas as situações que se nos deparam, nomeadamente que seja mão mais forte aquela que deva ficar «escondida» e que receba a saida.

Para resolver este problema adicional é hábito conjugar a utilização do STAYMAN com a convenção TEXAS, o que torna mais segura a marcação.

A isso nos referimos no próximo número.

Até lá, um abraço amigo do

LUIS GALVÃO

Documentos do Nosso Tempo

Durante o colóquio do Diário de Lisboa ficou no ar a sensação de que os jornalistas estariam a reviver, não os acontecimentos ocorridos, mas a recordar momentos jornalísticos em que o papel e o destino dos interventores aparecia secundarizado, ou mesmo eliminado, parecendo que o relator assumia o papel de actor. De certo modo o predomínio do observado sobre o observador, com o distanciamento, vai-se esbatendo e deixa de haver razão e motivo para o jornalista retomar o tema, já que a perspectiva jornalística não se vai sobrepor à perspectiva histórica.

Tudo isto a propósito de os actores-políticos – como referiu Mário Mesquita – quererem ainda repor a verdade histórica, pela rectificação do relato jornalístico da época. Sem dúvida que não competia ao colóquio/DL, à guisa de conclusão, apresentar a versão histórica dos acontecimentos. Mas ficou evidenciado que há muitos factos a merecer tratamento aprofundado por forma a deixarem pistas seguras para os investigadores e os historiadores começarem a compor a verdade histórica, istô para evitar que haja terceiros, mal intencionados que reinventem o 25 de Abril, ou tentem virar o processo histórico a seu favor.

Os documentos que existem e estão dispersos precisam de ser devidamente preservados e também carecem de ser, em muitos casos, registados e complementados com o depoimento ou com o testemunho dos intervenientes. Há casos ocorridos, já distanciados no tempo que podem ficar desvirtuados, se não forem reavivados.

O processo de descolonização foi sem dúvida o mais complexo e o mais marcadamente vivido por colonos e colonizados. O período de tempo que medeia entre o 25 de Abril, o cessar-fogo e a independência é um salto breve. Os comentadores, quase sem excepção, referem que foi a descolonização possível para um acto que já deveria ter ocorrido vinte anos atrás. Só duas notas breves. Nenhum dos territórios dispunha de qualquer infra-estrutura político-administrativa de suporte base para a autodeterminação e para a independência. O processo local foi conduzido por militares anónimos, ou cujos nomes são pouco conhecidos por não fazerem parte da estrutura oficial da época.

A interpretação do processo, por exemplo na Guiné-Bissau, só será possível após estudo demorado e detalhado de todo o material existente, incluindo os depoimentos e a documentação portuguesa e guineense.

Mas aqui fica um documento: a carta, recebida pelo Governador da Guiné, em 27 de Junho de 1974 que estabelecia a directiva para a sua governação, carta que transcrevemos na íntegra.

Algumas achegas:

- Em 27 de Abril de 1974 Mário Soares, em declarações ao Le Monde, referia que a Junta de Salvação Nacional era omissa quanto aos territórios ultramarinos (ver documentos).
- Em Junho de 1974 já o PAIGC tinha um delegado junto do Governo da Guiné, embora o cessar-fogo ainda não tivesse sido acordado.
- Em Julho a Lei 7/74 passou a estabelecer o princípio da autodeterminação e da independência (ver documentos).
- O reconhecimento da República da Guiné-Bissau é marcado para 10 de Setembro de 1974.

Quem tem depoimentos ou dados complementares a acrescentar? O espaço de O Referencial está aberto a toda a colaboração. Para o próximo número prometemos voltar com mais documentos.

(...) «A Lei Constitucional n.º 7/74, decretada pelo Conselho de Estado e ontem promulgada, cria o quadro de legitimidade constitucional necessário para que se dê imediatamente início ao processo de descolonização do ultramar português. Assim, e na mais perfeita coerência com a linha de acção do meu governo na Guiné, chegou o momento de o Presidente da República reiterar solenemente o reconhecimento do direito dos povos dos territórios ultramarinos portugueses à autodeterminação, incluindo o imediato reconhecimento do seu direito à independência». (...)

27JUL74

(do discurso do Presidente da República, General Spínola).

OFERTA DE LIVROS

«COM OS FANTASMAS NÃO SE BRINCA» – Mário Castrim, da SPA
«O TEATRO DO SILÊNCIO» – António Torrado, da SPA
«DEUSCAO» – Jaime Rocha, da SPA
«A ENCENAÇÃO» – Lauro António, da SPA
«O OSSO DE MAFOMA» – António de Macedo, da SPA
«ÁFRICA» – Isabel Medina, da SPA

Oferta da Sociedade Portuguesa de Autores

REVISTA CRÍTICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (N.º 29)

Oferta da Direcção

«A FUNDA» de Artur Portela Filho Edição Arcadia (6 volumes)

Oferta do Apoiante Artur Raul da Silva Marques

«HOMENS E AVIÕES NA HISTÓRIA DA AMADORA», de M. L. Peixoto, Edição da Câmara Municipal da Amadora

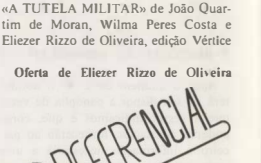
Oferta do Sócio Manuel Lemos Peixoto (Autor)

«FLORILEGIO 3» POESIA-Edição do Autor

Oferta do Apoiante António José da Costa (Autor)

«A TUTELA MILITAR» de João Quartim de Moran, Wilma Peres Costa e Eliezer Rizzo de Oliveira, edição Vértice

Oferta de Eliezer Rizzo de Oliveira



DESCOLONIZAÇÃO

LEI N.º 7/74 de 27 de JULHO

Tendo o Movimento das Forças Armadas, através da Junta de Salvação Nacional e dos seus representantes no Conselho de Estado, considerado esclarecer o alcance do n.º 8 do capítulo B do Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas, cujo teor faz parte integrante da Lei n.º 3/74 de 14 de Maio;

Visto o disposto no n.º 1. 1.º, do artigo 3.º da Lei n.º 3/74, de 14 de Maio, o Conselho de Estado decreta e eu promulgo, para valer como lei constitucional, o seguinte:

ARTIGO 1.º

O princípio de que a solução militar das guerras no ultramar é política e não militar, consagrado no n.º 8, alínea a), do capítulo B do Programa do Movimento das Forças Armadas, implica, de acordo com a Carta das Nações Unidas, o reconhecimento por Portugal do direito dos povos à autodeterminação.

ARTIGO 2.º

O reconhecimento do direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, inclui a aceitação da independência dos territórios ultramarinos e a derrogação da parte correspondente do artigo 1.º da Constituição Política de 1933.

ARTIGO 3.º

Compete ao Presidente da República, ouvidos a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado e o Governo Provisório, praticar os actos e concluir os acordos relativos ao exercício do direito reconhecido nos artigos antecedentes.

Visto e aprovado em Conselho de Estado.

Promulgado em 26 de Julho de 1974.
Publique-se.

O Presidente da República, António de Spínola.

(Diário de Governo, Suplemento 1.ª Série, n.º 174, 27JUL74)

Do DIÁRIO DE LISBOA de 17 de Abril de 1990 transcrevemos:

DOCUMENTO

Dois dias depois do 25 de Abril, Mário Soares, então exilado em Paris, onde exercia funções de docente na Sorbonne, escrevia em «Le Monde», na qualidade de dirigente socialista, o artigo que transcrevemos na íntegra e em que assinalava os sintomas da nova situação.

Uma nova dinâmica

Os acontecimentos militares de quinta-feira, dia 25 de Abril, representam uma reviravolta que se pode qualificar de histórica, em Portugal. A rendição incondicional do Governo de Marcelo Caetano à Junta de Salvação Nacional; a explosão de alegria popular que se seguiu; a publicação de jornais sem estarem submetidos à censura prévia; o assalto de manifestantes à sede da polícia política, a célebre PIDE-DGS, responsável por inumeráveis crimes, são factos que correspondem às aspirações mais profundas do povo português. É por isso, aliás, que esse mesmo povo, submetido a quarenta e oito anos de regime ditatorial do tipo fascista, desceu às ruas de Lisboa e gritou: Vitória! Vitória! Liberdade! Democracia!

O processo que conduziu à intervenção das Forças Armadas na vida política que vem de longe. Começou por reivindicações de carácter profissional e, em breve, desembocou em verdadeiras reivindicações políticas. Foi a guerra colonial — com as suas dificuldades e horrores — foi a crise económica e moral que assola o País que provocaram esta tomada de consciência irreversível. A sua primeira manifestação pública foi a revolta da guarnição das Caldas da Rainha, em 16 de Março, logo seguida pela detenção de certos oficiais e pela divulgação clandestina de comunicados do Movimento das Forças Armadas, afirmando que a luta prosseguia até à instauração de um regime democrático em Portugal.

Na sua primeira declaração ao País, a Junta afirmou desejar estabelecer a normalidade democrática, a curto prazo, e organizar «eleições livres». Estas intenções, louváveis em si, pressupõem a legalização dos partidos políticos, sem discriminações, a instituição de um autêntico sufrágio universal, um novo recenseamento eleitoral, a supressão da censura, o desmantelamento da PIDE-DGS e uma amnistia geral para a totalidade dos presos políticos e, como é óbvio, dos desertores da guerra colonial.

É verdade que, no fulcro de todos os problemas, subsiste o da guerra colonial. A Junta tem mantido silêncio a este respeito. Poder-se-á admitir que queira demonstrar, neste domínio, uma certa prudência táctica, para não encorajar o espírito separatista que defende uma independência branca, ultra-racista, para as colónias; seria a pior das aventuras para esses territórios e para todos aqueles que ali vivem. Mas não se pode iludir o problema. Apenas o reconhecimento do direito à autodeterminação e à independência dos povos africanos — e o reconhecimento do Estado da Guiné-Bissau —, poderá conduzir à abertura imediata de negociações políticas com os movimentos de libertação, a fim de assegurar a paz, e salvaguardar as vidas e os interesses legítimos das populações, tanto africanas como europeias.

Após a intervenção do Exército para derrubar o Governo fascista e colonial de Marcelo Caetano, houve a intervenção popular que apoiou as tropas aos gritos de: «Abaixo o fascismo!». É uma nova dinâmica que se desencadeou na vida política portuguesa.

O povo português não pode deixar de pensar, neste dia nascido memorável, que se virou uma página triste da sua História. A partir de agora, quer — e deve — participar no processo político nacional. Para nós, socialistas, a organização política de ímpeto popular e a afirmação de unidade dos partidos democráticos constituem tarefas essenciais. Para quê? Para assegurar um rápido desenvolvimento económico e social do País, uma verdadeira justiça social e o respeito da comunidade internacional, num clima de paz cívica, de liberdade e de tolerância.

Mário Soares
Exclusivo «Le Monde»/«DL»
Tradução de Isabel Joyce
27 de Abril de 1974

CARTA DE ANTÓNIO DE SPÍNOLA A CARLOS FABIÃO

Palácio de Belém, Lisboa, 27 de Junho de 1974

Meu Caro Fabião. Um abraço.

Tenho presente a sua carta de 26 do corrente, que me foi entregue pelo General Diogo Neto, e a mensagem relâmpago n.º 1299/BM de hoje.

Antes de mais não se assuste com as reacções do General Neto, reacções que aliás respeito como manifestação do seu alto espírito patriótico e militar, mas resultante de não estar integrado na actual situação da Guiné.

Como se sabe sempre expressei a opinião de que há maior possibilidade de êxito em matéria de negociações se estas forem conduzidas a nível local. Nesta linha, e com base no conhecimento e confiança que tenho na sua pessoa, concordo que conduza localmente as negociações nos seguintes termos:

1. É absolutamente indispensável criar «quadro aparente» que nos permita resolver o problema da Guiné sem desvios da política geral difundida no discurso que proferi no acto de posse dos Governadores de Angola e de Moçambique, em 11 do corrente.

   Para tal, torna-se necessário trabalhar o ambiente local no sentido da *urgente* convocação de um Congresso do Povo, pois é através dele que se concretizará o reconhecimento do Estado Guiné-Bissau, por decisão *maioritária*, que com a minha presença seria imediatamente sancionado.

   Julgo que se poderá habilidosamente aproveitar os telegramas que elementos da população branca e cabo-verdiana da Guiné me pretendem enviar e ao Aristides Pereira, no sentido da realização de um Congresso em Bissau a que assistiríamos os dois.
2. É evidente que só me deslocarei à Guiné com a garantia de pleno êxito, o que penso será relativamente fácil se os preliminares forem bem orientados.

   Para tal, é indispensável que você faça crer aos delegados do PAIGC, que aí se encontram, a minha intenção de *unificar* todas as correntes locais no sentido do reconhecimento do novo estado sob a égide do PAIGC.

   Julgo ser esta a melhor forma de solucionar o problema da Guiné com honra para ambas as partes, e sem afectar a nossa actual política ultramarina, orientada no sentido de obter as melhores soluções para Angola e Moçambique.
3. Quanto ao retraimento do dispositivo, pode agir *no imediato* até ao limite previsto na hipótese mais favorável estudada na repartição de operações do Comando-Chefe da Guiné com a colaboração do Major Monge, ou seja: manter as guarnições assinaladas a preto, azul e verde no respectivo mapa.

   E, em 2.ª fase, poderá negociar com base no abandono das guarnições assinaladas a azul.
4. Sublinho ser do maior interesse político que a concretização do «retraimento do dispositivo militar» se fizesse depois da tomada de posição no Congresso. O que não quer dizer que se não pudesse acordar desde já o plano de retracção mas sem lhe dar publicidade.
5. De qualquer forma, o Fabião não deverá assinar nenhum protocolo sem o meu prévio conhecimento.
6. É evidente que não deverá tomar qualquer posição sobre Cabo Verde.
7. Pode jogar com o argumento da certeza do apoio financeiro que solicitou, em ordem a garantir o rápido desenvolvimento da Guiné, no caso evidentemente de tudo correr favoravelmente.

Nesta linha geral de orientação fica com iniciativa para estabelecer os contactos que entender com o PAIGC, decidir dentro dos condicionalismos acima enunciados e propor-me as soluções que melhor se lhe afigurem.

Termino com os meus votos de pleno êxito, confiando no seu alto patriotismo, profundo conhecimento do ambiente humano da Província e na sua alta capacidade intelectual.

Um abraço do amigo certo

Venham mais 25

Contarás de Abril, aos meus lilhos, que os meus olhos ardidos, urbanos, ficaram cheios de um ofício de dizer coisas singelas, humildes: como amor, liberdade. Contarás de Abril os idos e os que voltaram; os que ficaram e ficam. Contarás de Abril pequenas pilhas de palavras, armazenadas numa necessidade que inventei; e as nossas almas ledas e limpas; e os braços que se estendem a outros abraços; e a cordialidade de anotarmos um nome, um número, uma flor; e os balaios sem reticências de mágoas, cheios de trissos de aves, de pássaros remotos de que ignorávamos a voz ou havíamos esquecido o toque e a fímbria. Contarás de Abril que na nossa terra já não apodrecem as raízes e que já não adiamos o coração; que já não nos dói a velhice e que os rios são todos nossos e íntimos e que já não perdemos a infância e que nascem crianças insubmissas e claras e livres. Contarás de Abril a espessura mágica, o punho reflexo, o dia de água, a lágrima, a vontade de sermos e de estarmos, o lípido grito, a forma inconsútil, o vermelhor e a brisa, o livor das coisas, a maravilha discreta de assear a vida, o caminhar, os restos nesta dócil pausa e neste imenso perdão. Contarás de Abril as casas de mil sóis, a imponderável descoberta dos sussurros, a brancura inadiável da perseverança, o resplandecente varar dos dias, a feira alvoroçada das horas. Contarás de Abril as mãos dadas. Contarás de Abril o renascer da essencial frescura.

Baptista-Bastos
(*In* O Diário de 25 – 4 – 90)